



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

**ATO Nº 113/2011**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal e anexos, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, referente ao período de maio de 2010 a abril de 2011, para divulgação e conhecimento público.

**CLÁUDIO SOARES PIRES**

Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2010 A ABRIL/2011			
RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ Mil	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	234.931	12.357	247.288
Pessoal Ativo	173.123	12.356	185.479
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de outros da	678	12.188	12.866
Administração Direta)			
Demais Despesas com Pessoal Ativo	172.445	168	172.613
Pessoal Inativo e Pensionistas	61.808	1	61.809
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	562	-	562
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	61.246	1	61.247
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19, da LRF) (II)	67.731	12.188	79.919
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	704	12.188	12.892
Despesas de Exercícios Anteriores	8.048	-	8.048
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	58.979	-	58.979
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	167.200	169	167.369



Fonte: Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 739, 30 mai. 2011.  
Caderno Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, p. 1.

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			524.379.492
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV) * 100	0,031885%	0,000032%	0,031918%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 0,076928%			403.395
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) – 0,073082%			383.225
FONTE: SIAFI 2010/2011 e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região			

**Notas:**

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.

2) Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatórios (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo, que representa a soma de R\$ 678.031,92 relativo a Sentença de Pequeno Valor, Ação 0625 e R\$ 12.187.812,68 relativo a Precatório da Administração Direta, Ação 0005, que ficou inscrito em Restos a Pagar.

3) Este relatório não inclui a execução no período de maio/2010 a abril/2011, de Precatórios de Órgãos da Administração Pública Indireta, recebidos através de destaque, conforme artigo 29 da Lei 12.309 /2010 (LDO 2011), no valor de R\$ 6.216.237,77 (R\$ 5.743.724,64 inscrito em Restos a Pagar).

4) As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

Fortaleza, 25 de maio de 2011.

CLAUDIO SOARES PIRES

Desembargador Presidente do Tribunal

FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA

Diretor-Geral - Ordenador da Despesa

JOSE TEIXEIRA NETO

Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças

ANA PAULA BORGES DE ARAUJO ZAUPA

Diretora da Secretaria de Controle Interno

